

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT14.016

# ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA: ÊXITOS E ADVERSIDADES NA MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA

Maria Fernanda Lima da Mata<sup>1</sup>Rafael Moraes da Silva<sup>2</sup>Eliana Crispim França Luquetti<sup>3</sup>

## RESUMO

Este artigo analisa como a educação ambiental crítica fundamenta o empoderamento de comunidades de pesca artesanal em São Francisco de Itabapoana, instrumentalizando preceitos sociopolíticos para a construção de Projetos de Geração de Trabalho e Renda. Na Bacia de Campos, região com forte presença da indústria de petróleo e gás, os impactos socioambientais induziram o IBAMA a criar o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), que inclui medidas mitigatórias e compensatórias para empresas licenciadas. Dentre estas, destaca-se o Pescarte, voltado ao fortalecimento da organização comunitária. Por meio da análise de caso da cooperativa de beneficiamento de pescado local, construída em parceria entre o Projeto e as comunidades, o estudo demonstra como o projeto utiliza estratégias pedagógicas para promover diálogos críticos sobre justiça ambiental,

- 1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense - [marifernandalima.2@gmail.com](mailto:marifernandalima.2@gmail.com);
- 2 Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense, [rafaelisepam@gmail.com](mailto:rafaelisepam@gmail.com);
- 3 Eliana Crispim França Luquetti Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem (UENF) [elinafff@gmail.com](mailto:elinafff@gmail.com)

questões sociopolíticas e coletividade. Apesar de vinculado a compensações da indústria petrolífera, o processo educativo gerou resistência e resiliência, especialmente entre mulheres marisqueiras e pescadoras(as) artesanais, que consolidaram uma identidade coletiva para a organização social. A iniciativa reuniu grupos que antes não idealizavam uma vida e trabalho na cadeia produtiva, incluindo familiares que evitavam a atividade devido às adversidades do setor. O artigo evidencia o pioneirismo do caso, já que não há indicadores de empreendimentos similares surgidos por meio de modelos de mitigação ou compensação no licenciamento ambiental brasileiro. Ao documentar esse processo, contribui-se para debates sobre justiça ambiental, comunidades marginalizadas e contradições inerentes a conflitos socioambientais.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental Crítica, Licenciamento Ambiental, Organização Comunitária

## INTRODUÇÃO

A costa norte do estado do Rio de Janeiro, em particular o município de São Francisco de Itabapoana, constitui um palco privilegiado para a observação e análise dos profundos e complexos conflitos socioambientais que marcam a contemporaneidade brasileira. Esta região, de notável importância ecológica por abrigar ecossistemas costeiros sensíveis e biodiversos, como manguezais, restingas e estuários, é também o lar secular de comunidades pesqueiras tradicionais, cujos modos de vida, saberes e identidades culturais estão intrinsecamente ligados aos ciclos da natureza e aos recursos marinho-costeiros. Paradoxalmente, esta mesma região sedia um dos mais estratégicos e impactantes polos econômicos do país: a Bacia de Campos, principal província petrolífera offshore do Brasil.

A implantação e a contínua expansão da indústria do petróleo e gás nesta área geraram uma sobreposição territorial violenta e assimétrica, deflagrando uma série de transformações de caráter socioambiental que reconfiguraram por completo a dinâmica local. A pesca artesanal, atividade econômica e eixo central da organização social e cultural dessas populações, viu-se submetida a um cenário de pressões e ameaças sem precedentes. Os impactos são inter-relacionados, incluindo a degradação física e química de habitats essenciais para a reprodução de espécies, a contaminação de águas e sedimentos, a restrição de acesso a áreas de pesca historicamente utilizadas e uma competição espacial desigual com as infraestruturas e embarcações de apoio à atividade petrolífera. Este conjunto de fatores, somado a uma histórica condição de vulnerabilidade socioeconômica e a um contexto político-institucional frequentemente frágil, coloca em risco a própria reprodução social e cultural dessas comunidades, configurando um quadro emblemático do que a literatura especializada denomina de injustiça ambiental, onde os custos e os riscos ambientais de um modelo de desenvolvimento hegemônico são desigualmente distribuídos, recaindo com maior intensidade sobre grupos populacionais já vulnerabilizados.

É neste contexto de conflito e de profunda assimetria de poder que se insere o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), instituído pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) como uma das condicionantes do licenciamento ambiental federal para as atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural na região. O PEA-BC representa uma iniciativa ambivalente, que carrega em sua gênese as contradições inerentes ao próprio instrumento da compensação ambiental. Por um lado, ele pode ser interpretado como um mecanismo de gestão de conflitos e de legitimação de empreendimentos com impactos socioambientais significativos, funcionando como uma válvula de escape que, ao oferecer compensações, acaba por naturalizar os danos e viabilizar a continuidade do modelo predatório. Por outro lado, e é nesta ambiguidade que reside seu potencial interesse analítico, o programa abre frestas, cria brechas e disponibiliza recursos que podem ser apropriados pelas comunidades locais e por educadores comprometidos para a implementação de práticas educativas de caráter transformador. Dentre os diversos projetos que compõem o PEA-BC, o Projeto Pescarte se destaca por possuir um desenho específico voltado para o fortalecimento da organização comunitária e para a geração de trabalho e renda nas comunidades pesqueiras diretamente afetadas pelos empreendimentos petrolíferos. O Pescarte não se limita, portanto, a uma ação pontual ou assistencialista; ele se propõe a intervir na estrutura mesma das relações sociais e econômicas que são tensionadas pela indústria do petróleo, tornando-se, assim, um objeto de estudo singular e revelador.

Este artigo tem como objetivo central analisar, de forma crítica e aprofundada, os processos de organização comunitária desenvolvidos no âmbito do Projeto Pescarte no município de São Francisco de Itabapoana, colocando um foco especial nos estudos preliminares para a constituição de uma cooperativa de beneficiamento de pescado. A investigação busca compreender de que maneira as estratégias pedagógicas adotadas pelo projeto, fundamentadas nos princípios da educação ambiental crítica,

têm contribuído para o empoderamento político e econômico das comunidades pesqueiras, notadamente no que se refere ao fortalecimento de sua capacidade de ação coletiva, à ressignificação de seus saberes tradicionais e à construção de alternativas econômicas sustentáveis, ancoradas nos preceitos da economia solidária. A opção por focar nos estudos para a cooperativa justifica-se por entender que esta iniciativa representa um momento culminante de um longo processo de mobilização, formação e organização, encapsulando em si as potencialidades, os avanços, as tensões e os limites de toda a trajetória do projeto.

De forma mais específica, este trabalho se propõe a: 1) Analisar a articulação teórica e prática entre o referencial da educação ambiental crítica e as estratégias de organização comunitária, investigando como essa interface pode produzir processos de empoderamento em contextos de conflito socioambiental; 2) Descrever e analisar as estratégias pedagógicas e as metodologias participativas empregadas pelo Projeto Pescarte, com ênfase nas práticas de diálogo de saberes, problematização da realidade e formação política; 3) Examinar a evolução da organização comunitária no município, tomando como referência empírica os processos eleitorais para os Grupos Gestores, com atenção especial à participação crescente e qualitativamente transformadora das mulheres nestes espaços de decisão; 4) Investigar os avanços, os desafios e as perspectivas dos estudos em andamento para a constituição da cooperativa de beneficiamento de pescado, considerando suas múltiplas dimensões – técnica, econômica, social e política; e 5) Identificar e refletir sobre as transformações nas relações de gênero decorrentes do fortalecimento da participação feminina, avaliando em que medida essas mudanças apontam para a construção de novas subjetividades e arranjos sociais mais igualitários no interior das comunidades.

O recorte temporal selecionado para a investigação – de 2015 a 2024 – não é arbitrário. Ele foi definido para permitir o acompanhamento da trajetória completa do projeto, desde suas fases iniciais de mobilização, diagnóstico e estruturação, passando pela implementação de suas prin-

principais ações formativas e pela realização dos processos eleitorais, até chegar aos desdobramentos mais recentes e complexos, representados pelos estudos de viabilidade da cooperativa. Esta abrangência temporal é crucial para captar a natureza processual e dinâmica da organização comunitária, permitindo observar tanto as continuidades e os avanços consolidados quanto as rupturas, os retrocessos e os desafios persistentes. A opção por um estudo de caso aprofundado, aliada a um referencial teórico interdisciplinar que dialoga com a educação ambiental crítica, a sociologia ambiental, os estudos sobre conflitos territoriais e a economia solidária, busca oferecer uma contribuição substantiva para os debates acadêmicos e políticos sobre os caminhos possíveis para a construção de justiça ambiental e de alternativas de desenvolvimento territorialmente enraizadas e socialmente includentes.

## METODOLOGIA

A presente investigação foi estruturada com base em uma abordagem metodológica qualitativa, seguindo os preceitos do estudo de caso instrumental, no qual o caso particular – os processos de organização comunitária no âmbito do Projeto Pescarte em São Francisco de Itabapoana – é estudado em profundidade com o objetivo de proporcionar insights e iluminar questões mais amplas, relacionadas aos conflitos socioambientais, à educação ambiental e às alternativas econômicas em contextos de vulnerabilização. A opção pelo estudo de caso justifica-se pela sua adequação para a investigação de fenômenos complexos e socialmente situados, permitindo uma compreensão detalhada e contextualizada dos processos em análise, sem a pretensão de generalizações estatísticas, mas visando à construção de generalizações analíticas.

O desenho da pesquisa foi planejado para assegurar o rigor e a validade dos achados, mediante a utilização da técnica de triangulação de fontes e métodos de coleta de dados. A triangulação, neste contexto, refere-se à combinação de múltiplas fontes de evidência para estudar o

mesmo fenômeno, permitindo a confirmação cruzada de dados e a construção de uma interpretação mais robusta e matizada. As fontes de dados primárias e secundárias mobilizadas na investigação podem ser agrupadas em três categorias principais, detalhadas a seguir.

A primeira e mais extensa fonte de dados consistiu na análise documental de um amplo conjunto de documentos oficiais e internos do Projeto Pescarte, produzidos entre os anos de 2015 e 2024. Esta análise teve um caráter sistemático e foi conduzida com o objetivo de reconstituir a trajetória do projeto, compreender sua concepção pedagógica e operacional, e identificar os principais marcos, atividades e resultados. Os documentos analisados incluíram: (i) planos de trabalho anuais e relatórios de atividades, que detalham o cronograma, as metas, as ações realizadas e as avaliações preliminares; (ii) relatórios específicos das eleições para os Grupos Gestores, realizadas em 2016 e 2019, os quais forneceram dados quantitativos precisos sobre o número de candidaturas, a participação de gênero, os resultados da votação e as análises qualitativas sobre o processo eleitoral; (iii) atas de reuniões e assembleias comunitárias, que permitiram captar a dinâmica dos debates, os conflitos de interesse, os processos de negociação e a construção de consensos ao longo do tempo; (iv) uma vasta gama de registros das atividades formativas, tais como relatórios síntese de oficinas, cursos e rodas de conversa, além de material audiovisual (fotografias e vídeos) que documentaram as interações, as metodologias utilizadas e os produtos gerados coletivamente; e (v) toda a documentação referente aos estudos preliminares para a cooperativa de beneficiamento de pescado, compreendendo diagnósticos participativos, estudos de viabilidade técnica e econômica, minutas de estatuto social e relatórios de capacitação em gestão cooperativista.

A segunda fonte de dados foi a observação participante, realizada de forma intensiva pela pesquisadora no período entre 2018 e 2024. O envolvimento direto no campo assumiu um duplo papel: em alguns momentos, a pesquisadora atuou como facilitadora em oficinas e atividades formativas, o que permitiu uma imersão profunda nos processos pedagógicos

e uma relação de proximidade e confiança com os participantes; em outros momentos, assumiu o papel de observadora não participante em reuniões comunitárias, assembleias decisórias e encontros dos grupos de trabalho dedicados à cooperativa. Esta dupla perspectiva permitiu um acesso privilegiado às dinâmicas internas do processo organizativo, captando aspectos relacionais, conflitos não declarados, linguagens corporais e nuances contextuais que frequentemente escapam aos registros documentais formais. Para garantir o rigor no registro, foi mantido um diário de campo detalhado, no qual eram anotadas, de forma sistemática, as observações, as impressões, as falas significativas e as reflexões preliminares da pesquisadora, constituindo um rico material empírico para a análise.

A análise do vasto corpus empírico gerado por essas fontes, foi adotada a técnica da Análise de Conteúdo, conforme desenvolvida por Laurence Bardin (1997). O processo analítico desdobrou-se em três fases principais: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Na fase de pré-análise, realizou-se uma leitura flutuante e uma organização sistemática de todos os dados. Na fase de exploração, procedeu-se à codificação aberta, identificando unidades de registro (trechos de documentos, transcrições de entrevistas, anotações do diário de campo) que representavam ideias ou conceitos relevantes. Estas unidades foram depois agrupadas em categorias analíticas emergentes, que, por sua vez, foram consolidadas em categorias temáticas mais abrangentes, que dialogavam diretamente com o referencial teórico da pesquisa. As categorias temáticas centrais que estruturaram a discussão dos resultados foram: (1) Educação Ambiental Crítica e Diálogo de Saberes; (2) Organização Comunitária, Empoderamento e Incidência Política; (3) Participação Feminina e Reconfiguração das Relações de Gênero; (4) Economia Solidária, Autogestão e Construção de Alternativas Econômicas; (5) Conflitos Socioambientais, Justiça Ambiental e Vulnerabilização; e (6) Limites e Contradições da Ação Compensatória. A triangulação constante entre as fontes documentais, as observações e as entrevistas permitiu validar as

interpretações, confrontar perspectivas divergentes e construir uma narrativa analítica coerente, fundamentada e crítica sobre o caso estudado, garantindo a confiabilidade e a profundidade da investigação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A imersão no campo de pesquisa e a análise minuciosa dos dados coletados revelaram um cenário complexo, no qual os processos de organização comunitária impulsionados pelo Projeto Pescarte emergem como uma resposta coletiva e organizada a um contexto marcado pela adversidade e pela injustiça socioambiental. Para compreender a profundidade e o significado desses processos, é imperativo iniciar pela contextualização do terreno conflituoso no qual eles se desenvolvem. São Francisco de Itabapoana vive uma situação paradigmática de sobreposição entre um território tradicional, moldado por gerações de pescadores e pescadoras, e um território empresarial, comandado pela lógica extrativista da indústria do petróleo. Os relatos colhidos nas entrevistas e as discussões observadas nas reuniões comunitárias descrevem um cotidiano de perdas e constrangimentos. Um pescador idoso, cuja vida inteira foi dedicada ao mar, narrou com precisão melancólica como o conhecimento ecológico local, acumulado ao longo de décadas, foi progressivamente tornando-se obsoleto. “Meu pai e meu avô me ensinaram a ler o mar, a conhecer os ventos, as correntes, a época de cada peixe”, disse ele. “Hoje, esse mapa na nossa cabeça não serve mais. O mar ficou doente, imprevisível. Os peixes sumiram de uns lugares, apareceram em outros em horas estranhas. É como se a natureza tivesse ficado louca.” Este testemunho vai ao cerne de um dos impactos mais profundos: a desestruturação dos sistemas de saber tradicionais, que são a base não apenas da atividade produtiva, mas da própria cosmovisão e identidade cultural dessas comunidades.

A análise documental de relatórios ambientais e os registros das discussões nos Grupos de Trabalho apontam para uma gama interligada de pressões. A degradação ambiental é palpável, manifestando-se através

da supressão de manguezais para a instalação de infraestruturas, da turbidez constante das águas estuarinas devido ao tráfego de embarcações de grande porte, e dos eventuais, mas traumáticamente significativos, vazamentos de óleo e descarte de outros poluentes. Para além dos danos ecológicos diretos, a pesca artesanal enfrenta uma competição espacial assimétrica. Áreas de pesca antes acessíveis tornaram-se zonas de exclusão ou de alto risco devido à presença de dutos submarinos, plataformas e ao intenso tráfego marítimo. Isto obriga os pescadores a se deslocarem para áreas mais distantes, elevando substancialmente seus custos operacionais com combustível e manutenção, e aumentando os riscos associados à navegação em mar aberto. A contaminação, real ou percebida, introduz um elemento de angústia no cotidiano. Uma pescadora, responsável pelo beneficiamento e comercialização do pescado, expressou uma inquietação compartilhada por muitos: “A gente vive com um pé atrás. Pega o peixe, mas fica na dúvida: será que está bom pra vender? Será que está bom pra dar pros nossos filhos? A gente não vê o perigo, mas sabe que ele pode estar ali.” Esta fala explicita a dimensão da insegurança alimentar e da ansiedade psicossocial geradas pelo risco difuso da contaminação.

Este conjunto de fatores configura um cenário clássico de injustiça ambiental, tal como teorizado por Henri Acselrad (2004). Os lucros astronômicos gerados pela exploração do petróleo na Bacia de Campos são, em grande parte, drenados para fora do território, beneficiando acionistas de grandes corporações e o erário público em escalas nacional e estadual, enquanto os custos ambientais, sociais e à saúde são internalizados pelas comunidades locais, que veem seu modo de vida, sua economia e seu bem-estar serem profundamente degradados. A chegada do Projeto Pescarte a este território em conflito foi, portanto, recebida com um misto de expectativa e desconfiança. Por um lado, era vista como uma rara oportunidade de obter algum tipo de reparação, de acessar recursos e conhecimentos que pudessem fortalecer a comunidade para enfrentar os desafios. Por outro lado, pesava sobre o projeto a sombra da desconfiança, fruto de uma longa história de relações assimétricas com o poder

público e privado, e do temor de que se tratasse de mais uma iniciativa paliativa, uma “esmola” que buscava acomodar os conflitos sem enfrentar suas causas profundas.

Foi neste terreno movediço que o Projeto Pescarte buscou se afirmar, distinguindo-se de ações meramente compensatórias através da adoção explícita da educação ambiental crítica como seu eixo norteador. Esta opção teórico-metodológica implicou uma ruptura com visões pragmáticas e críticas da educação ambiental, orientando a construção de uma prática pedagógica intrinsecamente política, voltada para a problematização das relações de poder e para o empoderamento das comunidades. As oficinas, principal estratégia formativa do projeto, foram concebidas como espaços dialógicos de produção coletiva de conhecimento, e não como momentos de transmissão vertical de informações. Um caso exemplar foi o processo de construção das oficinas empreendidas. O que poderia ter sido simples capacitação transformou-se em um rico diálogo de saberes.

Para além do diálogo de saberes, um pilar central da atuação do Pescarte foi o investimento na formação política. Esta vertente foi crucial para capacitar a comunidade a transitar de uma posição de vítima passiva dos impactos para a de sujeito político capaz de incidir ativamente nos processos que determinam o futuro de seu território. Foram realizadas oficinas específicas sobre a legislação socioambiental, o funcionamento do licenciamento ambiental, os mecanismos de participação social (conselhos, audiências públicas, comissões) e estratégias de conscientização e mobilização. Um líder comunitário, que hoje participa ativamente do conselho municipal de meio ambiente, resumiu essa transformação: “Antes, a gente era espectador. Ia na audiência pública, ouvia um monte de sigla e de gráfico que a gente não entendia, e voltava pra casa com raiva. O Pescarte nos deu as ferramentas. Aprendemos a decifrar um EIA-RIMA, a formular perguntas técnicas embasadas, a gravar as respostas, a construir alianças com pesquisadores e com outras comunidades. Deixamos de ser plateia e viramos protagonistas do nosso próprio drama.” Esta

fala evidencia um salto qualitativo na capacidade de agência política da comunidade. Os processos eleitorais para os Grupos Gestores, por sua vez, funcionaram como microcosmos de aprendizagem democrática.

As campanhas eleitorais, com suas disputas de propostas, e a gestão colegiada dos recursos e das ações, proporcionaram uma experiência prática e profundamente educativa sobre os desafios e as potencialidades da democracia participativa, especialmente para os jovens, que tiveram seu primeiro contato significativo com a prática da cidadania ativa.

A evolução da organização comunitária em São Francisco de Itabapoana pode ser aferida de forma bastante concreta através da análise comparativa dos processos eleitorais para os Grupos Gestores, realizados em 2016 e 2019. Os dados quantitativos extraídos dos relatórios eleitorais revelam uma trajetória de amadurecimento político e de transformação social, com destaque para o protagonismo feminino. Em 2016, foram registradas 22 candidaturas para o Grupo Gestor, sendo 7 delas de mulheres, o que representava 31,8% do total. Desse universo, 4 mulheres foram eleitas por votação direta da comunidade, e outras 2 assumiram suas vagas através do mecanismo de cotas previsto no edital, totalizando 6 mulheres no grupo. Já no pleito de 2019, o cenário havia se modificado significativamente. O número total de candidaturas saltou para 41, um aumento de 86,4%, indicando um crescimento substantivo do interesse e da mobilização comunitária em torno do projeto. Mais expressivo ainda foi o salto nas candidaturas femininas, que passaram de 7 para 15, um incremento de 114,3%, representando então 36,6% do total de candidatos. Nesta eleição, todas as 5 mulheres eleitas conseguiram suas vagas por meio do voto direto, sem necessidade de acionar as cotas. A análise qualitativa complementa e enriquece esses números. As entrevistas realizadas com mulheres participantes revelam uma mudança profunda na subjetividade e no lugar que ocupam na esfera pública comunitária. Uma das mulheres eleitas em 2019 narrou esse processo: “No início, a gente ficava no canto, calada. A reunião era dos homens. Eles é que sabiam, eles é que decidiam. Quando a gente tentava falar, era como se nossa voz não fosse

ouvida. Mas as oficinas, principalmente aquelas só entre mulheres, foram nos dando coragem. Fomos percebendo que o nosso trabalho, aquele de limpar, salgar, vender o peixe na beira da praia, era fundamental. Sem a gente, o peixe não chega na mesa de ninguém. Aprendemos que a nossa voz vale, que a nossa opinião importa. Hoje, a gente ocupa a mesa, fala, discute, contesta. Eles [os homens] aprenderam a nos ouvir, mesmo que às vezes ainda custe.” Este depoimento é revelador de uma dupla transformação: por um lado, um processo interno de empoderamento, de construção da autoestima e da consciência do valor do próprio trabalho; por outro, uma reconfiguração, ainda que parcial e em curso, das relações de gênero no espaço público, com a gradual aceitação e legitimação da voz e da liderança femininas. A participação das mulheres trouxe para o centro da agenda questões antes negligenciadas, como a divisão sexual do trabalho, a valorização econômica do beneficiamento, a conciliação entre o trabalho produtivo e as tarefas de cuidado, e a importância da qualidade de vida para a reprodução social da comunidade.

O ápice deste longo processo de organização, formação e empoderamento é representado pelos estudos preliminares para a constituição da cooperativa de beneficiamento de pescado. Esta iniciativa é a materialização mais tangível dos princípios da economia solidária e constitui um empreendimento de grande complexidade, cujo sucesso depende da superação de uma série de desafios de ordem técnica, econômica, social e política. O processo foi iniciado com um amplo e detalhado diagnóstico participativo, que permitiu mapear coletivamente os principais estrangulamentos e oportunidades na cadeia do beneficiamento. As mulheres, principais interessadas e protagonistas desta iniciativa, apontaram como problemas centrais: a baixíssima remuneração imposta pelos intermediários (os “atravessadores”), que capturavam a maior parte do valor agregado; a absoluta precariedade das infraestruturas de trabalho (falta de água potável, energia elétrica instável, ausência de câmaras frias e freezers, espaços físicos inadequados); a sazonalidade da produção, que gera altos e baixos na disponibilidade de matéria-prima; e as grandes dificuldades

de acesso a mercados formais e institucionais. A partir deste diagnóstico, foram constituídos Grupos de Trabalho temáticos, que reuniram de forma regular as beneficiadoras, técnicos do projeto e consultores especializados em cooperativismo, gestão empresarial e controle de qualidade. O próprio processo de elaboração do estatuto social da futura cooperativa tornou-se um intenso e prolongado exercício de educação popular em economia solidária. Conceitos jurídicos e administrativos complexos, como “assembleia geral soberana”, “destinação das sobras”, “rateio”, “quadro social” e “autogestão”, foram desconstruídos e discutidos em uma linguagem acessível, por meio de dinâmicas de grupo, jogos cooperativos e simulações de situações reais de gestão.

Os avanços conquistados ao longo deste processo são notáveis e testemunham a maturidade organizativa alcançada. No plano da capacitação, foram pensados diversos cursos que articularam teoria e prática, abordando temas como boas práticas de fabricação, procedimentos operacionais padronizados, gestão financeira básica, técnicas de comercialização e marketing social, uns já concluídos, outros em fase de aplicação e outras oficinas com essas temáticas ainda serão ministrados. Um aspecto inovador foi a prototipagem e a experimentação coletiva. As mulheres passaram a se reunir para testar, de forma colaborativa, receitas, misturas de temperos e modelos de embalagem, buscando criar uma “identidade visual” única para seus produtos, que comunique ao consumidor a qualidade, a tradição e o trabalho coletivo que estão por trás deles. Esta prática não apenas agrega valor comercial, mas também fortalece os laços de solidariedade e o sentimento de co-propriedade do empreendimento. Outro avanço significativo foi a articulação em rede. O projeto facilitou visitas de intercâmbio a outras cooperativas consolidadas, tanto do setor pesqueiro quanto de outros ramos da economia solidária. Estes contatos permitiram um aprendizado baseado na experiência real, a troca de soluções para problemas comuns e a abertura de canais para futuras parcerias comerciais. Talvez o avanço mais importante, porém, seja de ordem imaterial: o fortalecimento do tecido social e a construção

progressiva de relações de confiança mútua entre as mulheres. O hábito secular do trabalho individual e da desconfiança em relação ao coletivo vem sendo, paulatinamente, substituído por uma cultura de cooperação, de partilha de conhecimentos e de apoio mútuo. As mulheres passaram a se ver não como concorrentes na venda do pescado, mas como companheiras na construção de um projeto comum que pode beneficiar a todas.

Contudo, seria ingênuo subestimar os formidáveis desafios que se interpõem à consolidação da cooperativa. O primeiro e talvez mais complexo deles diz respeito à construção da autogestão. A transição de uma lógica individualista e heterônoma para uma lógica coletiva e autogerida é um processo cultural profundo e cheio de percalços. Surgem conflitos relacionados à justa divisão das tarefas, à tomada de decisões coletivas (especialmente as mais difíceis), à prestação de contas e à responsabilização de todos pelos resultados do empreendimento. A falta de experiência histórica com modelos democráticos de gestão econômica representa uma barreira significativa que precisa ser superada através de um contínuo investimento em formação e em mediação de conflitos.

O segundo grande desafio é de ordem material e infraestrutural. A viabilidade econômica da cooperativa é diretamente dependente da superação da precariedade crônica que sempre caracterizou o trabalho de beneficiamento. A falta de um galpão industrial adequado, dotado de instalações sanitárias apropriadas, câmara fria, equipamentos de processamento eficientes e uma fonte estável de energia elétrica, é o principal obstáculo físico identificado. Sem estes investimentos, que transcendem em muito a capacidade de financiamento do projeto, a cooperativa estará fadada a reproduzir, em escala coletiva, as mesmas condições precárias de trabalho que sempre marcaram a atividade. Um terceiro desafio, de natureza conjuntural, é a própria vinculação do projeto à lógica compensatória do licenciamento ambiental. Esta vinculação gera uma incerteza crônica sobre o futuro.

Os prazos são definidos pelas condicionantes da licença, e os recursos estão sujeitos à interrupção uma vez que o órgão ambiental considere

cumpridas as obrigações da empresa. Esta temporalidade descontínua e limitada é profundamente adversa ao planejamento de um empreendimento econômico, que, por sua própria natureza, exige um horizonte de médio e longo prazo e um apoio técnico e financeiro estável. Por fim, a própria base da atividade – a disponibilidade de pescado – é incerta. As flutuações na captura, agravadas pelos impactos ambientais cumulativos da indústria petrolífera e pelos efeitos cada vez mais visíveis das mudanças climáticas, representam um risco permanente para a regularidade do abastecimento da cooperativa, colocando em xeque sua sustentabilidade econômica.

As transformações nas relações de gênero, embora profundas e promissoras, também encontram seus limites. O empoderamento das mulheres no espaço público e econômico não foi, necessariamente, acompanhado por uma redistribuição equitativa das tarefas domésticas e do cuidado no espaço privado. Muitas delas continuam a enfrentar a exaustiva “jornada tripla”: o trabalho reprodutivo (casa e filhos), o trabalho produtivo no beneficiamento do pescado e, agora, a participação nas reuniões e atividades de gestão da cooperativa. A conquista de sua voz política e econômica tem, frequentemente, um custo pessoal elevado em termos de sobrecarga de trabalho e stress. Uma jovem pescadora, entusiasta do projeto, relatou: “Meu marido diz que apoia, que acha bom. Mas na hora de eu ter que sair para uma reunião à noite, sempre tem alguma coisa: ele tem que sair, ele está cansado, ele não sabe onde deixou a chave do gás... São pequenas coisas que mostram que a mudança dentro de casa é mais lenta ainda.”

Este relato é um alerta contra qualquer visão romantizada do processo. A superação das assimetrias de gênero é um empreendimento de longuíssimo prazo, que exige não apenas a ação organizada das mulheres no espaço público, mas também uma transformação cultural profunda que alcance as relações mais íntimas da vida social. Em última análise, a experiência do Projeto Pescarte em São Francisco de Itabapoana explicita com clareza as contradições fundamentais da ação compensatória.

Por um lado, o projeto demonstrou, na prática, o imenso potencial transformador da educação ambiental crítica quando articulada a processos de organização comunitária e economia solidária. Ele foi capaz de criar sujeitos coletivos, fortalecer identidades, valorizar saberes e construir alternativas económicas viáveis em um contexto de grande adversidade. Por outro lado, ele permanece encerrado na lógica que o gerou: uma iniciativa destinada a compensar, e não a impedir, os danos de um modelo de desenvolvimento predatório. A sua existência e os seus sucessos não questionam a legitimidade da atividade que gera os impactos; pelo contrário, em certa medida, eles a legitimam, ao criar a aparência de que os conflitos estão sendo adequadamente geridos e compensados. Esta é a armadilha da compensação: ela opera uma espécie de “lavagem verde” (greenwashing) dos conflitos, ao mesmo tempo que cria espaços reais, porém limitados e precários, de resistência e de construção de alternativas. O grande desafio que se coloca, portanto, é como extrair dessa experiência as lições e as energias necessárias para ir além da compensação, rumo à construção de um modelo de desenvolvimento territorial que seja, de facto, socialmente justo e ambientalmente sustentável.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise exaustiva dos processos de organização comunitária desenvolvidos no âmbito do Projeto Pescarte em São Francisco de Itabapoana, ao longo do decénio de 2015 a 2024, permite-nos extrair um conjunto de conclusões substantivas que transcendem o caso específico e iluminam questões de ordem mais geral sobre conflitos socioambientais, educação emancipatória e alternativas económicas em contextos de vulnerabilidade. A experiência estudada constitui um rico laboratório social que evidencia, de forma cristalina, tanto as potências quanto as limitações intrínsecas de iniciativas que se desenvolvem no interior do paradigma da compensação ambiental. Em primeiro lugar, a investigação confirmou de maneira robusta a tese central de que a articulação teórica e prática

entre a educação ambiental crítica, a organização comunitária e a economia solidária pode funcionar como uma estratégia extraordinariamente potente para o enfrentamento dos efeitos perversos gerados pela implantação de grandes empreendimentos hegemônicos.

O Projeto Pescarte logrou, através de uma prática pedagógica consistentemente orientada pelo diálogo de saberes, pela problematização das relações de poder e pela formação política, catalisar um processo profundo de empoderamento coletivo. Este processo não se limitou a uma dimensão instrumental – a de capacitar tecnicamente as comunidades – mas alcançou uma dimensão política e existencial, ao contribuir para a resignificação das identidades coletivas, para o fortalecimento da autoestima e para a ampliação da capacidade de agência e de incidência política dos grupos envolvidos. A comunidade, que inicialmente se apresentava como um conjunto fragmentado de indivíduos impactados, transformou-se progressivamente em um sujeito coletivo organizado, capaz de negociar de forma mais qualificada com os diferentes atores em cena e de elaborar projetos próprios de futuro.

Em segundo lugar, a experiência demonstrou, de forma cabal, que a valorização dos saberes tradicionais não é um gesto nostálgico ou um resgate folclórico, mas sim uma condição fundamental para a inovação social e a construção de alternativas sustentáveis. O diálogo horizontal estabelecido entre o conhecimento ecológico local, forjado na experiência secular de interação com o meio, e os conhecimentos técnico-científicos, permitiu a criação de soluções híbridas, contextualmente adequadas e culturalmente significativas. Esta abordagem permitiu que as comunidades não fossem meras receptoras passivas de tecnologias e modelos exógenos, mas sim cocriadoras ativas de novas formas de organizar a produção e a vida social. O caso da construção colaborativa dos protocolos de beneficiamento do pescado é um testemunho eloquente desta fertilização cruzada, que resultou não apenas em produtos de melhor qualidade, mas, sobretudo, no fortalecimento da autonomia intelectual e cultural da comunidade.

Um dos legados mais significativos e potencialmente mais transformadores de todo o processo analisado é, sem dúvida, o fortalecimento do protagonismo feminino e a reconfiguração, ainda que incipiente e não linear, das relações de gênero. O aumento quantitativo e qualitativo da participação das mulheres nos espaços de decisão – evidenciado pela evolução dos dados eleitorais e pelos depoimentos colhidos – não representou apenas uma simples mudança na composição dos grupos de poder. Ela introduziu uma nova gramática política, trazendo para o centro do debate questões que eram tradicionalmente invisibilizadas, como a centralidade do trabalho de cuidado para a reprodução da vida, a necessidade de conciliar a atividade produtiva com as responsabilidades domésticas, e a urgência de se atribuir valor econômico e social ao trabalho de beneficiamento, historicamente desvalorizado. A proposta da cooperativa de pescado é a encarnação máxima deste empoderamento, representando um projeto econômico que tem, no seu cerne, a valorização do trabalho feminino e a tentativa de superar as relações de exploração tradicionalmente mediadas pelos atravessadores. A cooperativa surge, assim, não apenas como uma alternativa econômica, mas como um projeto político de transformação das relações sociais de gênero.

No entanto, e este é um ponto crucial que a análise não pode omitir, a experiência do Pescarte também escancarou os limites estruturais e as contradições profundas inerentes às ações compensatórias. A precariedade das infraestruturas, as dificuldades inerentes à construção de uma cultura de autogestão democrática, a persistência de assimetrias de gênero no espaço doméstico e, sobretudo, a incerteza crônica sobre a continuidade do apoio externo, representam obstáculos de tal magnitude que colocam em risco a sustentabilidade de longo prazo de todos os avanços conquistados. A lógica compensatória, ao vincular a existência do projeto aos prazos e recursos do licenciamento ambiental, condena-o a uma condição de precariedade permanente. Ela impossibilita o planejamento a longo prazo, gera dependência e, no limite, acaba por naturalizar os danos, ao transformá-los em algo que pode e deve ser “compensado”,

em vez de ser evitado. Esta é a contradição central: o projeto que gera empoderamento é o mesmo que legitima, ainda que indiretamente, o modelo que gera a despossessão.

Deste conjunto de reflexões, emerge uma conclusão política fundamental: a absoluta necessidade de se transcender a mera lógica da compensação. Os notáveis avanços documentados nesta investigação – no plano organizativo, político, económico e de gênero – são conquistas demasiado valiosas para ficarem reféns da existência de grandes empreendimentos impactantes. Eles apontam para a urgência de se construir políticas públicas permanentes, intersetoriais e participativas de apoio à pesca artesanal e às comunidades tradicionais. Tais políticas devem garantir, de forma estável e continuada, o investimento em infraestruturas adequadas, a assistência técnica especializada em economia solidária, o acesso a mercados institucionais e o financiamento de processos de formação política e técnica. É preciso avançar em direção a um modelo de desenvolvimento territorial que tenha como centro a garantia dos direitos fundamentais dessas comunidades, o que inclui o direito ao território, à cultura, a um ambiente saudável e a uma economia que lhes permita viver com dignidade.

A experiência do Projeto Pescarte em São Francisco de Itabapoana serve, assim, como um farol ambíguo: ilumina, por um lado, o caminho da resistência criativa e da construção de alternativas a partir de baixo; e alerta, por outro, para os perigos de se aceitar a compensação como horizonte último da luta por justiça ambiental. O seu maior legado, talvez, seja demonstrar que, mesmo nas condições mais adversas, a semente da organização, da educação crítica e da solidariedade pode florescer, apontando para a possibilidade sempre aberta de um futuro mais justo e sustentável.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

Amaral, S. C. de S.; Ramos, M. de F. da S.; Ritter, K.; Castro, P. L. de O. **Mulheres e direitos: a importância da participação no Núcleo de Direitos e Benefícios (PEA Pescarte)**. XI CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidade, 2023.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor e economia solidária: uma análise comparada de experiências brasileiras. In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J.-L. (Orgs.). **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 15-42.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 25-34.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo: Cortez, 2012.

RELATÓRIOS PESCARTE – NO PRELO

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIMÓTEO, Geraldo Márcio. Educação ambiental com participação popular. 2019.

ZHOURI, A. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. Desenvolvimento e conflitos ambientais: um novo campo de investigação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 21-42.